

# O 5<sup>o</sup> ATO DA DITADURA E AS NOVAS CONDIÇÕES DE LUTA

O golpe do 3a Ato Institucional foi apresentado pelos seus agentes como uma reedição e reafirmação do 1<sup>o</sup> de abril de 64. Mas entre os dois, muita coisa se passou. De lá para cá o regime sofreu um contínuo desgaste político com a perda de várias bases sociais de apoio; a burguesia voltou a enfrentar divisões internas que refletem sua hesitação diante do esvaziamento da ditadura; o movimento operário se reorganiza a partir das bases; o movimento estudantil deflagrou amplas ações que contribuíram para o desgaste do governo; finalmente, a crise econômica assume, hoje, características bem diversas das que apresentava em 64.

## **O golpe de desespero**

A cúpula militar que deu o golpe de 13 de dezembro foi levada pela necessidade de impedir o completo esvaziamento da ditadura. Não havia ainda uma ameaça direta ao regime capitalista. Apenas a impopularidade do governo produziu divisões nas classes dominantes. Para grandes setores da burguesia os militares tinham cumprido sua missão enquanto governantes, esmagando o movimento de massa que crescia em 64 e despejando os ônus da crise econômica nos ombros dos trabalhadores. No atual momento a tutela militar trazia mais inconvenientes que vantagens. Daí a preparação de candidatos civis (como Sodré) ou militares abertos para a liberalização (Andreaza, Passarinho). Certamente a grande burguesia continuaria precisando da repressão militar para conter as massas trabalhadoras, mas essa função as Forças Armadas podem normalmente desempenhar na democracia burguesa (na ditadura mascarada). Afinal, quando até a Igreja Católica afastava-se de compromissos com o governo era porque sua impopularidade tornava-se incômoda para qualquer parceiro.

Essa cúpula militar sentiu que tudo levava ao seu esvaziamento. Assim eles jogaram com o trunfo de que dispunham o controle das Forças Armadas. Seus inimigos imediatos são as lideranças populistas da burguesia: Juscelino, Lacerda, o MDB e os arenistas rebeldes, o STF, etc. Mas como as oposições burguesas jogam com a insatisfação das massas, os militares sabem que são estas que eles precisam abafar. Os votos nulos desmascarando a farsa eleitoral, as movimentações estudantis, pondo a nu a política da ditadura, as greves operárias resistindo contra o arrocho são esses os fantasmas que os opositoristas apontam quando propõem uma liberalização para contornar o perigo. A ditadura precisa esmagar esse perigo por outros métodos para tirar o argumento das facções rivais.

Porisso, para tentar unir as classes dominantes atrás de si e para eliminar a força de chantagem dos populistas, a ditadura militar se joga contra a esquerda revolucionária, responsável pelas greves operárias, pela mobilização estudantil, pelos votos nulos contra a farsa eleitoral, pela agitação revolucionária contra o regime burguês.

Mas o golpe dado não respondeu a uma necessidade imediata das classes dominantes. Por um lado, a mobilização das massas, se era para nós um fator promissor, não representava ainda de fato uma ameaça para o regime. Por outro, a medida repressiva traz sempre os inconvenientes da instabilidade e risco para os negócios. Os investidores ficam na expectativa, os capitais estrangeiros se retraem, os negócios de longo alcance ficam em passo de espera, além do que o fechamento de instituições políticas burguesas como o Congresso diminui ainda mais a capacidade da classe dominante fazer valer seus interesses imediatos diante do poder político que a serve a longo prazo. Por isso, o Ato nº 5 foi promulgado sob o silêncio quase geral das classes dominantes, sob a oposição censurada dos seus porta-vozes na grande imprensa, sob a mal dissimulada desaprovação do imperialismo norte-americano.

## O conteúdo de classe

Naturalmente a ditadura militar prossegue servindo aos interesses da grande burguesia prosseguirá defendendo a manutenção e expansão dos grandes monopólios, dos bancos e indústrias, bem como dos proprietários rurais e grandes comerciantes; defendendo a exploração capitalista, garantindo os latifúndios, reprimindo o movimento operário e camponês, consolidando o domínio imperialista, este é um genuíno governo da grande burguesia brasileira. E o novo Ato só virá reforçar os setores mais fortes da grande burguesia, os grandes monopólios.

Mas esse conteúdo de classe do governo ainda não explica todo o seu comportamento, A ditadura militar I uma ditadura burguesa porque faz, a longo prazo, a política necessária à manutenção do regime capitalista. Mas ela é uma ditadura indireta, onde a classe dominante não exerce diretamente o poder. Os militares dispõem de poder suficiente para não precisar prestar contas de seus atos a parlamentos ou outras instituições em que a burguesia pudesse fazer valer seus interesses mais imediatos. O 5º Ato só fez reforçar essas características de ditadura indireta: fechando o Congresso, tirando o poder do Supremo Tribunal, censurando rigorosamente a imprensa burguesa, os dirigentes políticos da burguesia afastaram-se mais ainda dos interesses imediatos e das figuras da sua classe.

Diminuindo ainda mais sua base política, o governo sente a necessidade de tomar medidas que lhe deem novas forças. É preciso apontar para a burguesia uma perspectiva brilhante de expansão econômica que a faça apagar de vez a nostalgia do desenvolvimento juscelinista. É preciso tomar medidas que sirvam de válvula de escape para a insatisfação das massas.

Hoje os sonhos de Golbery do sub-imperialismo brasileiro, na interdependência, já não se mostram tão dourados como em 64: o próprio imperialismo não é tão superdotado quanto esperavam os generais da Sorbonne, e nem o mundo é mais tão grande quanto no começo do século. Evidentemente, não foi a perspectiva da integração imperialista que ficou descartada, pelo contrário, esta prossegue nas condições atuais. O que fracassou foi apenas sua versão imediatista defendida pela velha equipe castelista.

Reduzidas as possibilidades de resolver os problemas do capitalismo subdesenvolvido através das exportações, os generais voltam a falar das reformas internas, Albuquerque Lima procura aparecer como o comandante de reformas nacionalistas, Mas o espaço entre os projetos reformistas e as condições do capitalismo brasileiro promovê-las é tão grande que nele cabem todas as digressões e demagogias, A conversa já é tão velha que o governo sente a necessidade de tomar algumas medidas concretas para aumentar o prestígio. O Sr. Delfim Neto já decretou medidas para baixar a taxa de juros. Mas a carência de capitais no Brasil não se resolve apenas com algumas medidas financeiras. Nem uma alteração na própria estrutura de produção que elimine a capacidade ociosa na indústria, o atraso na agricultura, o déficit na balança de pagamentos, todas as artimanhas financeiras serão absorvidas sem deixar rastros.

Para se popularizar o governo tentará a mais desenfreada demagogia. Sacrificando alguns elementos mais vulneráveis - Abdalla e outros maus padrões, por exemplo - o governo procurará fazer figura de defensor dos trabalhadores. Punindo alguns sonegadores de impostos, contrabandistas, compradores ilegais de terras e até bicheiros, os militares tentam despertar o moralismo da classe média e mesmo oferecer um canal para o desabafo de massas desorganizadas. É nesse sentido a lei contra as empresas que atrasam nos pagamentos salariais: ela atingirá as empresas mais fracas - que precisam jogar com tais recursos - favorecendo assim a monopolização ao mesmo tempo em que chamam a simpatia de setores mais atrasados da classe operária,

O perigo de tal política está em que ela cria um certo pânico na burguesia. Mesmo sabendo do caráter demagógico de tais medidas, todos os negócios se tornam menos seguros e, como se sabe, a corrupção faz parte de toda expansão capitalista: o moralismo militar (que mal esconde as próprias mamatas em que vastos setores da burocracia civil e militar se enriquecem) prejudica os negócios. Além disso, os investimentos estrangeiros, receosos dos desdobramentos da demagogia nacionalista, se retraem e ficam pressionando por uma mudança na política.

## **As perspectivas econômicas**

Também a conjuntura econômica faz com que diminuam as necessidades de uma tutela militar para a burguesia. 1968 foi o melhor ano industrial desde 1961, registrando uma taxa de crescimento de 12 a 15% sendo que a construção civil saiu da crise e foi o setor que maior vitalidade apresentou para o sistema. A taxa de insolvências das firmas registrou também em 68 uma diminuição, pequena é verdade, mas a maior desde 62. Aumentaram razoavelmente as emissões de capital, o que significa novas inversões. A taxa média de crescimento da produção bruta dos anos 63-64-65 foi de 2,83%, enquanto a dos anos 66-67-68 deverá ficar por volta de 4%. Pode-se notar que a economia elevou-se acima do ponto mais baixo da depressão, ainda que se mostre incapaz de produzir uma expansão suficiente para absorver as enormes reservas produtivas (a começar com a mão de obra) deixadas à margem do mercado.

É o crescimento extremamente insuficiente do mercado que segura boje o desenvolvimento. 68 continuou assinalando taxas negativas nas compras e vendas das lojas comerciais e os setores industriais voltados para o consumo da massa (tecelagem, alimentos, etc.) são justamente os que registram as mais baixas taxas de crescimento.

E a estrutura agrária só pode agravar tal problema. Em 1968, novamente a agricultura expressou suas debilidades: os números oficiais fazem esperar uma produção no campo sem nenhum acréscimo em relação ao ano passado (o que significa um decréscimo em termos per capita) que já foi um ano fraco, com a simples elevação de 3,9%.

Duas conclusões iniciais já podem ser tiradas das condições econômicas. A primeira é que na conjuntura atual a continuidade da monopolização forçada não corresponde mais às necessidades do sistema. Embora a monopolização seja um processo contínuo no desenvolvimento capitalista, a eliminação intensa das empresas mais fracas só tem um papel positivo para o sistema durante a depressão, quando é necessária a desvalorização dos fatores da produção. Quando se reinicia a expansão, o sistema precisa estimular nova multiplicação de empresas que faz crescer o mercado.

A segunda é de que serão grandes as pressões inflacionárias para 69, já que foi fraca a safra agrícola e a agricultura sofreu em 68 uma forte contenção dos seus preços em benefício da indústria.

## **As perspectivas políticas e as nossas tarefas**

1. A instabilidade política da ditadura militar determinará a existência de várias crises, com conspirações de oposições burguesas, recuos do governo (convocação do Congresso, por exemplo) ou novas investidas num esforço para conter os opositores e se consolidar (novas prisões, cassações, intervenção em Universidades e alguns sindicatos). A tendência das oposições burguesas será de manter as massas afastadas do conflito, jogando apenas com suas insatisfações. Mas as simples manifestações das crises, revelando as fraquezas do governo, estimulam a massa para a luta. Por isso, devemos deixar bem claro para o maior número possível de trabalhadores o caráter da crise que se avoluma, a perspectiva de choques internos, suas limitações e a necessidade de intervenção política dos trabalhadores para colocar a luta em outro nível.

2. O setor militar que tem na repressão o ponto principal do seu programa reaglutinou-se e tende a se reforçar, animado pelo 5o Ato. Esta ala será simplesmente um instrumento do governo caso este tome o caminho da repressão sistemática. Caso o governo retorne às concessões ela agirá mais autônornamente, com a violência e o desespero, de mais uma frustração. De qualquer modo, portanto, os bandos do CCC e as repressões e prevenções do Cenimar, Polícia Federal, Para-sar, etc. crescerão. Sua função principal é quebrar o moral da massa. Por isso devemos nos preparar para garantir as manifestações e organizações de trabalhadores e estudantes, organizando a massa para a autodefesa. Ao mesmo tempo, as represálias contra assassinos a soldo da ditadura e as ações armadas que animem a luta revolucionária devem ser preparadas em estreita ligação com as necessidades do movimento de massa. Trata-se, em resumo, de preparar e despertar as forças para a longa guerra revolucionária. Para isso as próximas crises políticas abrirão as brechas, por debilitar a unidade política e militar da burguesia.

3. O aumento da repressão não será suficiente para conter os movimentos de massa. E desde que saibamos conduzi-lo através de organizações seguras contra a repressão e através de ações que reúnam um número sempre crescente de participantes, tais movimentos deverão ainda crescer.

Para isso conta em primeiro lugar a experiência adquirida nos anos recentes e principalmente em 68. Ainda que tenham sido lutas localizadas e restritas, seus exemplos se espalham pelas classes trabalhadoras. A esquerda revolucionária aumentou sua influência na massa e, através dos setores de vanguarda da classe operária, poderá despertar largas camadas para a luta,

O movimento estudantil, que teve um papel destacado até aqui e que agora passa por uma crise de direção que põe em xeque várias diretrizes passadas, pode também manter-se como importante força auxiliar. Para desenvolver a agitação contra o regime, o movimento estudantil precisará agora reforçar suas organizações de base, ao mesmo tempo em que intensificar a luta ideológica e política que canaliza a insatisfação contra a Universidade burguesa para uma luta contra o regime integrada na revolução dos trabalhadores.

As condições econômicas para 69 estimularão também as lutas operárias. De um lado as expectativas de elevação geral de preços e a tentativa da burguesia de voltar a reprimir os salários para contornar a inflação, obrigarão os operários a lutar para manter seu nível de vida. Inclusive o relativo desafogo havido em 68 alterou as expectativas da classe e dificultará a tarefa burguesa de rebaixar os salários reais. Além disso, o próprio crescimento industrial e o aumento do mercado de trabalho são fatores que contam a favor da resistência dos trabalhadores.

Por isso, a organização dos comitês de empresa e a preparação de greves permanecem na ordem do dia do movimento operário. Tais lutas são indispensáveis para a constituição de uma força revolucionária no país, desde, que saibamos ligar a tais ações reivindicatórias um intenso trabalho político de agitação e organização revolucionárias.

4. O aguçamento das lutas de classe testará de forma mais decisiva as organizações de esquerda. Assim como as manifestações estudantis e os movimentos salariais dos operários em 68 revelaram a justeza e capacidade de cada uma das tendências da esquerda, as lutas políticas em 69 selecionarão de maneira mais rigorosa os agrupamentos revolucionários. Este é um momento importante de construção partidária. Muitas organizações ou frações partidárias que se mantiveram se esfacelaram diante das novas condições, Muitas outras forças despertarão para o combate. A atuação vigorosa do P. junto a todos esses elementos dispersos criará novos fatores para a ação revolucionária e a edificação do partido operário.

Isso requer em primeiro lugar um esforço específico e consciente de formação de quadros partidários, capazes de dirigir teórica e praticamente as lutas. Capacitar o P. para fazer crescer sua influência nas massas, dirigir suas lutas, para crescer com elas, é tarefa indispensável para o sucesso das tarefas.

Em segundo lugar devemos estimular e tomar a iniciativa da constituição de frentes tendo em vista a agitação e organização revolucionárias dos trabalhadores contra a ditadura. Não se trata de substituir a FER ou alterar nossa plataforma para ela. Trata-se, mais simplesmente, da constituição de frentes de ação locais em torno de tarefas revolucionárias e que contribuem para o nosso trabalho nas massas e para fazer avançar novas forças políticas.

Embora o novo golpe altere as condições de luta, é preciso não exagerar tais mudanças. Se houve agora mudanças qualitativas foi para as forças populistas, que depositavam esperanças no Congresso, nas eleições, na imprensa burguesa, etc. As organizações dos trabalhadores já estavam ilegais. Foram agora instituições burguesas as atingidas. Sabemos como a burguesia age nessas circunstâncias: adapta-se, beneficia-se como pode da situação e do poder político que afinal faz um governo para ela, mas também prepara outros esquemas. Crescerão agora os setores oposicionistas da burguesia: esses sim, manterão agora uma luta de resistência contra o Ato 5, articulando conspirações e divisões nas Forças Armadas. Para nós trata-se de manter a continuidade da luta contra a ditadura que agora só

desfechou um golpe de desespero. Não se trata de jogar nossas forças atrás de esquemas de resistência burguesa, mas de aproveitar os choques para fazer crescer as forças revolucionárias do proletariado.

**CN - PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA  
dezembro/68.**